Estatutos

Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Instituto Espanhol "Giner de Los Ríos de Lisboa

Capítulo I

Constituição, denominação, sede e afins

Artigo 1º - A APA – Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Instituto Espanhol de Lisboa, com sede na Rua Direita, Dafundo, freguesia de Cruz Quebrada, concelho de Oeiras, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, constituída por tempo indefinido e rege-se pelas leis que vigoram em Portugal e pelos presentes Estatutos.

Artigo 2º - A APA, em conformidade com os presentes Estatutos, será composta por espanhóis e portugueses ou estrangeiros residentes em Espanha e Portugal, que sejam pais ou tutores legais de alunos matriculados no Instituto Espanhol de Lisboa.

Artigo 3º - Tem como fim principal a defesa e a prossecução dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos. Para tal a APA intensificará as relações mútuas com o pessoal docente, discente e outro, necessárias para a consecução de tal fim. A APA poderá ser objecto de auxílio técnico e económico por parte do Estado Espanhol, de particulares e de entidades oficiais e não oficiais, públicas e privadas que possam estar interessadas em colaborar com ela.

Artigo 4º - Para a realização fins, compete à APA:

- 1º - Pronunciar-se sobre a definição da política educativa;
- 2º - Participar na elaboração de legislação sobre educação e ensino;
- 3º - Participar nos órgãos pedagógicos do Centro;
- 4º - Reunir com o órgão directivo do estabelecimento do Centro;
- 5º - Beneficiar de apoio documental, a facultar pelo Centro ou pelos serviços competentes do Ministério de Educação;
- 6º - Beneficiar de isenção de emolumentos e taxas a cobrar pelo pedido de emissão de certificados de admissibilidade da denominação e do respectivo cartão de identificação de pessoa colectiva.
- 7º - Assistir aos pais ou tutores em tudo aquilo que respeita à educação dos seus filhos ou tutelados.
- 8º - Participar na eleição dos representantes dos pais nos órgãos do Centro, promovendo candidatos, velar pelo rigor do processo eleitoral e colaborar na correcta realização das eleições;
- 9º - Colaborar na actividade educativa do Centro e, de forma especial, nas actividades complementares e extra-escolares;

- 10º** - Colaborar e intervir na elaboração ou modificação do regulamento de regime interno do Centro;
- 11º** - Promover a participação dos pais no controlo e gestão do centro;
- 12º** - Fomentar as relações de cooperação do Centro co outros estabelecimentos escolares e sectores sociais e culturais respectivos;
- 13º** - Promover a efectiva igualdade de direitos de todos os alunos, sem discriminação económica, ideológica, confessional ou de raça, sexo e nacionalidade;
- 14º** - Requerer aos poderes públicos o cumprimento das leis, regulamentos e planos de actuação relativos à educação;
- 15º** - Desenvolver programas de educação familiar para proporcionar a pais e tutores conhecimentos e orientações relacionados com a sua função educativa;
- 16º** - Promover actividades formativas, culturais e desportivas;
- 17º** - Contribuir para o funcionamento dos diversos serviços do Centro;
- 18º** - Promover a colaboração entre pais e professores;
- 19º** - Publicar um boletim ou qualquer outro elemento de divulgação em que sejam publicados todos os assuntos de importância para o Centro e que possam contribuir para o maior conhecimento de pais e alunos.

CAPÍTULO II

Dos Sócios da Associação

Artigo 5º - Podem ser admitidos como sócios efectivos todos os pais ou representantes legais dos alunos matriculados no Centro, sempre que o solicitem Direcção da APA;

Artigo 6º - Os sócios efectivos ficam obrigados ao pagamento de uma quota anual, de acordo com o aprovado e autorizado pela Assembleia Geral

Artigo 7º - A Admissão de sócios é da competência da Junta Directiva. São requisitos necessários para ser sócio da APA:

- a)** Ser pai/mãe ou representante legal de um aluno matriculado no Centro. Ambos os cônjuges têm voz de voto nas reuniões da Associação;
- b)** Aceitar dos Estatutos da APA;
- c)** Pagar as quotas nas quantias e prazos estipulados pela APA.

Artigo 8º - Os sócios da APA terão direito:

- a)** A eleger e ser elegíveis para todas as funções representativas da Associação;
- b)** A participar e votar nas Assembleias Gerais;
- c)** A dirigir participações e propor iniciativas aos órgãos da Associação;
- d)** A beneficiar das ajudas que a Associação possa dispensar durante o período de escolaridade obrigatória dos seus filhos;
- e)** De acesso às instalações da Associação;
- f)** A discutir e votar o Relatório de Contas apresentadas pela Junta Directiva, o Relatório do Concelho Fiscal, bem como todas as matérias e documentos sujeitos à apreciação da Assembleia Geral.

Artigo 9º - A qualidade de sócio cessa:

1º - Por renúncia expressa do sócio, expulsão, ou morte;

2º - Pela saída dos filhos ou tutelados do Centro;

3º - Por falta de pagamento das quotas por parte dos sócios, durante dois anos consecutivos, uma vez terminado o prazo para a sua regularização a conceder pela Junta Directiva, salvo em caso devidamente justificado por escrito e a apreciar pela Junta Directiva.

4º - Por Incumprimento dos Estatutos.

5º - Pela utilização da Associação para fins próprios ou diferentes dos previstos.

#Primeiro – A expulsão de um sócio só pode ser decretada pela Junta Directiva mediante provas fundamentadas de que o sócio tenha incorrido em actos que afectem ao decoro e fins da Associação, depois de ter sido ouvido o interessado;

#Segundo – Da decisão de expulsão pela Junta Directiva cabe recurso perante Assembleia Geral, que resolverá em última instância.

CAPITULO III

Órgãos da Associação

Artigo 10º - Os órgãos da Associação serão a Assembleia Geral, a Junta Directiva e o Conselho Fiscal. Os cargos directivos não são remunerados, podendo ser-lhes abonados os gastos originados pelo desempenho expresso das suas funções;

#Único – Os membros dos corpos sociais são eleitos por dois anos entre os sócios no pleno gozo dos seus direitos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes.

CAPITULO IV

Da Assembleia Geral

Artigo 11º - A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação e é composto por todos os sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais.

#Único – Qualquer sócio poderá ser representado por outro mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, mas nenhum sócio presente na Assembleia poderá acumular mais de cinco representações.

Artigo 12º - A Mesa da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente e por dois vogais.

#Único – Na falta do Presidente, presidirá um vogal, e na ausência de ambos, presidirá à sessão o mais antigo dos sócios presentes. Se houver vários com a mesma antiguidade, o de maior idade.

Artigo 13º - Reúne-se com carácter ordinário duas vezes por ano: uma, para aprovação do plano de actividades da associação, que será realizada no primeiro trimestre de cada ano escolar, e outra, para dar conta das actividades e Relatório de Contas realizadas durante o exercício, que será celebrada no último trimestre do mesmo.

#Primeiro – Na segunda reunião ordinária serão apresentados, discutidos e votados o Balanço e o Relatório de Contas apresentados pela Junta Directiva e o Relatório do Conselho Fiscal relativos ao ano anterior.

#Segundo – Nas reuniões ordinárias também poderá ser tratado qualquer assunto, caso tenha sido anunciado nas respectivas convocatórias.

Artigo 14º - A Assembleia celebrará Assembleia Geral Extraordinária quando a mesa decida, a pedido da Junta Directiva ou quando seja solicitado pelo menos por um décimo dos sócios no pleno gozo dos seus directos sociais.

#Único – Nas Assembleias Gerais Extraordinárias só poderão ser discutidos ou votados assuntos pelos quais foi convocada.

Artigo 15º - As sessões serão convocados pelo Presidente da Assembleia Geral com a expressa indicação da ordem dos trabalhos fixada pela Direcção. A convocatória realizar-se-á por meio de aviso postal com antecedência mínima de quinze dias, indicando-se no aviso o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem do dia.

Artigo 16º - A Assembleia Geral só iniciará a sessão quando estiverem presentes, ou devidamente representados, pelo menos metade do número total de sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais.

#Primeiro – Se a sessão não se puder iniciar por falta de sócios, a Mesa poderá decidir que se reúna meia hora depois, celebrando-se então a sessão com qualquer que seja o número de sócios presentes.

#Segundo – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.

CAPITULO V

Da Junta Directiva

Artigo 17º – A Junta Directiva é o órgão de gestão da Associação e será constituída por um máximo de quinze membros e um mínimo de cinco membros. É integrada pelo Presidente, um Vice-presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um vice tesoureiro, sendo os demais Vogais, todos eles que vivam em Portugal.

Artigo 18º – Os membros da Junta Directiva terão de ser sócios residentes em Portugal, não podendo delegar a respectiva representação, e serão eleitos por voto secreto e sufrágio universal entre os sócios.

#Primeiro - Até dez dias antes da data prevista para a Assembleia Geral Ordinária, e no caso de esta mesma corresponder à eleição dos Corpos Gerentes, os sócios deverão remeter em envelope fechado listas de candidatos para a Junta Directiva, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

#Segundo - A Junta Directiva, na primeira reunião que se realize depois das eleições, designa entre os seus membros o Presidente, o vice-presidente, o Secretário, o Tesoureiro, o Vice tesoureiro e os Vogais.

#Terceiro – No caso de vacatura do lugar de qualquer dos membros da Direcção, o mesmo será preenchido por cooptação, sem prejuízo da ratificação da escolha na primeira Assembleia Geral que se realize.

Artigo 19º – A Junta Directiva terá como função, em execução das directivas gerais traçadas pela Assembleia Geral:

1º - Representar a Associação.

2º - Estabelecer e promover o programa das actividades da Associação.

3º - Cumprir e fazer cumprir os Estatutos.

4º - Administrar os fundos da Associação, preparar o Balanço e o Relatório que tem de apresentar anualmente à Assembleia Geral.

#Único - Poderão formar-se comissões integradas pela Direcção da APA e um ou mais sócios que não pertençam à dita Direcção para trabalhar em assuntos concretos.

Artigo 20º - A Junta Directiva deverá reunir-se pelo menos uma vez por mês, ou quando seja convocada pelo seu presidente ou a requerimento devidamente fundamentado por um ou vários membros da mesma.

Artigo 21º - A Junta Directiva não poderá tomar decisões quando não tenham estado presentes pelo menos metade mais um dos seus membros, sendo as suas decisões tomadas por maioria de votos.

Artigo 22º - Compete em especial ao Presidente da Junta:

1º - Exercer a representação legal da Associação em nome da Junta Directiva.

2º - Convocar e presidir às reuniões da Junta Directiva.

3º - Cumprir e fazer cumprir o que foi deliberado pela Junta Directiva.

4º - Autenticar as actas da direcção, certificados e demais documentos da Associação.

5º - Fiscalizar a administração e actividades normais da Associação.

#Único - O Presidente será substituído durante as suas ausências pelo vice-presidente, e, na ausência de ambos, pelo Secretário.

Artigo 23º - A Associação vincula-se pela assinatura do Presidente e de um dos membros da Direcção. Qualquer ordem de pagamento só poderá concretizar-se mediante a assinatura do Presidente e do Tesoureiro.

Artigo 24º - É da competência do Tesoureiro:

1º - Dirigir a contabilidade da Associação.

2º - Preparar e apresentar à Junta Directiva o Relatório e Balanço de Contas de cada exercício, para que sejam apresentados na Assembleia Geral.

3º - Elaborar o orçamento do exercício seguinte.

Artigo 25º - É da competência do Secretário:

1º - Ser órgão administrativo da Associação.

2º - Redigir e autenticar as actas das reuniões da Junta Directiva e da Assembleia Geral.

3º - Velar porque a actuação da Associação se ajuste ao estabelecido nos ordenamentos jurídicos referidos no **Art. 1º**.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Fiscal

Artigo 26º - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da contabilidade e da gestão da associação. É constituída por um Presidente e dois vogais, eleitos pela Assembleia Eleitoral de entre os sócios efectivos, com pleno gozo dos seus direitos.

CAPÍTULO VII

Regulamento Eleitoral

Artigo 27º - As eleições realizar-se-ão no terceiro trimestre do último ano escolar de cada mandado dos órgãos sociais. Serão convocadas pelo Presidente da Assembleia Geral, devendo a convocatória ser efectuada com uma antecedência mínima de vinte dias em relação à data afixada para quele acto.

Artigo 28º - A Direcção elaborará os cadernos eleitorais dos quais constarão todos os sócios com direito a voto. Os cadernos eleitorais serão expostos para consulta por parte dos sócios no terceiro dia a contar a partir da data de publicação da convocatória da Assembleia Geral.

Artigo 29º - A apresentação de candidatura obriga os interessados a apresentar listas para todos os órgãos. A apresentação tornar-se-á efectiva mediante a entrega de lista ao Presidente da Assembleia Geral até dez dias antes do acto eleitoral. Nenhum sócio poderá candidatar-se para mais de um cargo directivo.

Artigo 30º - Será constituída, imediatamente após a convocatória do acto eleitoral, uma comissão de fiscalização, composta pelo Presidente da Assembleia Geral e por dois sócios por ele escolhidos. Cada Lista candidata terá de designar um representante para acompanhar o trabalho da comissão de fiscalização.

Artigo 31º - A apresentação de candidatura só será válida se for acompanhada dum programa de acção dos candidatos.

Artigo 32º - A comissão de fiscalização decidirá sobre a regularidade das candidaturas apresentadas nas quarenta e oito horas seguintes à sua recepção. Se alguma

irregularidade for detectada, será notificada ao primeiro proponente da lista, ou ao representante por este designado, para proceder à regularização no prazo de três dias a contar da notificação.

#Único – As listas, uma vez admitidas definitivamente, serão expostas na sede da Associação.

Artigo 33º - A Assembleia Eleitoral terá como objectivo único a realização do acto eleitoral, sendo proibido tratar, discutir ou deliberar sobre qualquer outro assunto.

Artigo 34º - O aviso convocatório indicará a duração da Assembleia e o local da mesa de voto, na qual terão assento um representante de cada lista candidata.

Artigo 35º - A eleição será sempre efectuada por escrutínio secreto, através da entrega do respectivo boletim de voto.

Artigo 36º - É permitido o voto pelo correio, dirigido numa carta a quem preside à Mesa, em envelope fechado, contendo a identificação necessária (Fotocópia do D.N.I., B.I. ou passaporte) e o boletim de voto.

Artigo 37º - A tomada de posse terá lugar antes de 90 dias naturais após a Assembleia Eleitoral, considerando-se até então os membros eleitos em exercício. Caso haja recurso, a posse ocorrerá aos quinze dias seguintes à resolução do mesmo.

Artigo 38º - Acabada a votação, proceder-se-á ao escrutínio final, considerando-se vencedora a lista mais votada.

Artigo 39º - A Mesa da Assembleia decidirá, em conformidade com o disposto nos presentes estatutos e de acordo com os princípios neles contidos, as reclamações apresentadas durante o acto eleitoral.

#Único – Poderá interpor-se, com fundamento em irregularidades, recurso do acto eleitoral. O recurso, do qual constarão as provas necessárias, será apresentado por escrito ao Presidente da Assembleia Geral no prazo máximo de três dias a contar desde a realização do acto eleitoral. Recebido o recurso, o Presidente da Assembleia, reunir-se-á com a Mesa Eleitoral nos cinco dias seguintes à data da recepção do recurso, para decidir. Aceite o recurso, será convocada Assembleia Geral Extraordinária, que decidirá em última instância. Se o recurso é considerado procedente, o acto eleitoral será repetido no prazo máximo de trinta dias, concorrendo as mesmas listas com as alterações introduzidas por força do recurso.

CAPÍTULO VIII

Modificação dos Estatutos

Artigo 40º - As deliberações da Assembleia Geral relativas às modificações dos Estatutos só se consideram aprovadas quando votadas pela maioria qualificada de três quartos dos votos dos associados presentes.

CAPÍTULO IX

Dissolução da Associação

Artigo 41º - A Associação será dissolvida por decisão dos sócios, por sentença judicial produzida ou pelos motivos estabelecidos na lei.

Artigo 42º - A dissolução por decisão dos sócios ajustar-se-á aos Artigos 12º e seguintes destes Estatutos.

Artigo 43º - A Assembleia Geral Extraordinária nomeará três sócios que se constituirão numa Comissão Liquidatária junto da Junta Directiva, para saldar o Activo e o Passivo da Associação.

#Único – Os bens e direitos, assim como os arquivos da Associação, passarão ao Instituto Espanhol de Lisboa como fiel depositário, mediante acta onde conste não poderem ser alienados e que serão obrigatoriamente restituídos se a APA for reactivada.

CAPÍTULO X

Reactivação da Associação

Artigo 44º - O procedimento que se deverá seguir caso a Associação de Pais de Alunos tenha suspensa a sua actividade por carecer de Órgãos de Direcção será o seguinte:

1º - Um mínimo de seis pais/mães deverá dirigir-se por escrito aos representantes dos pais/mães no Concelho Escolar, solicitando que seja convocada uma Assembleia para reiniciar a dita actividade.

2º - Na Assembleia a que o ponto imediatamente anterior se refere, dissidir-se-á sobre os procedimentos a efectuar para o efeito.